

O manifesto de Gustavo Franco

ELIO GASPERI

Conta a lenda que nos anos 50, quando Fidel Castro comandava a guerrilha, um de seus companheiros foi preso. Chamava-se Armando Hart e era professor. Ia ser julgado no 3º andar de um quartel quando recebeu um recado do chefe. Às 3 horas em ponto, pelo relógio do salão, deveria pular do banco dos réus, correr para a janela e saltar. Hart pulou, correu, saltou, caiu sobre um caminhão forrado de colchões e foi em frente. Fidel entrou em Havana e Hart virou ministro da Educação. Foi um dos ministros que mais duraram. Pudera. Estabelecera-se uma relação singular entre ele e seu chefe. Um sabia que podia mandar o outro pular do 3º andar e o outro que, pulando, teria pouso.

Essa história foi contada ao presidente Fernando Henrique Cardoso em março do ano passado a propósito do economista Gustavo Franco, e FH, não se sabe se por polidez ou por convicção, admitiu que existe na sua relação com o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central algo da mágica que ligou Fidel à Hart. Com uma diferença: em março de 1994, seis meses antes da eleição presidencial, foi FH quem pulou a janela do Ministério da Fazenda. Fez isso em boa parte por que Franco, desafiando a moderação ("real só em 1995") e a insegurança ("vai dar errado"), convenceu-o de que dava para saltar em junho a tempo de entrar de caminhão no Planalto, eleito em outubro.

Com 37 anos de idade, um diploma da Universidade de Harvard no currículo e toda a audácia do mundo na cabeça, ele expunha suas opiniões em documentos hoje conservados no arquivo presidencial. Durante a campanha eleitoral, deu-se a lances de intoxicação política, atribuindo a Luiz Inácio Lula da Silva projetos confiscatórios, mas isso fica por conta do entusiasmo.

O artigo de Franco que FH divulgou na segunda-feira e o **Estado** publicou ontem faz parte da produção habitual do diretor do BC. É um documento essencial

para o rastreamento das ideias e dos métodos de trabalho do Tucanato.

Resumindo, sustenta que o Brasil entrou numa nova fase de sua história econômica, que a abertura do mercado não só deve ser assegurada como multiplicada em duas ou três vezes na intensidade. Dolarização é simulacro, o câmbio vai bem obrigado. Plano de metas é retórica. O governo tem mais é que cuidar da estabilidade, sem dar ao povo a impressão de que é capaz de criar progresso, atributo das forças do mercado: e só delas. O crescimento econômico, informa Franco, haverá de ter como elemento central a aceleração da taxa de crescimento da produtividade. Argumenta que foi assim que cresceram durante o século 19 os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. É verdade que nesses países prevaleceram a terra fácil e o trabalho pago, enquanto no Brasil a terra era vendida aos colonos europeus e os escravos trabalhavam de graça, mas essa é outra história e já está tarde para um diretor do BC entrar para o Movimento dos Sem-Terra.

É um documento que custa algum trabalho, mas vale a pena ser lido. Começa muito bem. Apesar do estilo picante (ainda que ofendendo os ouvidos com alguns "via de regra"), trata de assuntos soporíferos, como câmbio. No terço final tem até equações, mas basta pulá-las. Para o gênero, é coisa de primeira.

Declaradamente, é apenas um capítulo do próximo livro do economista. Tem o figurino da produção acadêmica. Notas de pé de página (48) e bibliografia politicamente astuta. Cita santos velhos, como Alois Schumpeter, santos novos, como Paul Krugman, sem esquecer a chefia (Pedro Malan e FHC) e, por certo, o próprio autor.

É um ensaio de política econômica, que se transmuta em projeto político com algumas pinceladas de estratégia publicitária. (como por exemplo, na nota 46, quando recomenda que se evitem debates em tomo de futilidades ideológicas, e menos ainda as alternativas ao dito modelo, aliás como recentemente demonstrado por Ciro Gomes e Roberto Mangabeira Unger.)

Franco desenvolve uma crítica à ideia de que os governos devem patrocinar plano de metas. Por duas vezes associa esse costume à palavra mistificação. Seria

mero ardil contrapor essa condenação aos planos de metas recentemente traçados pelo governo. Primeiro, porque por enquanto se sabe de onde virá o dinheiro dos projetos. Segundo, porque o trabalho de Franco é de 16 de julho e a declaração do ministro Antonio Kandir de que “a palavra desenvolvimento saiu da retórica e entrou para a prática”, além de não querer dizer muita coisa, é de 22 de agosto. Finalmente, porque não foi Franco quem divulgou o texto de seu trabalho. Foi o presidente Fernando Henrique Cardoso.

E não haja dúvida: FHC gostou do que leu.